

## **A COOPERAÇÃO SUL-SUL E OS TIPOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS EXISTENTES ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE**

Ana Paula Santos Maria<sup>1</sup>

### **Resumo**

Relacionar-se cooperativamente, além de proporcionar benefícios, nos permite pensar que os problemas de uma nação não se encontram limitados ao seu território. Às nações pertencentes ao Sul político global, por exemplo, ter ciência das suas fragilidades, potencialidades, alcances individuais e coletivos, torna-se uma estratégia de sobrevivência no jogo de poder inerente às relações internacionais. O presente artigo, tem como objetivo apresentar minha experiência com a pesquisa em 2019, ano em que fui bolsista de Graduação Sanduíche do Projeto Arquivo Brasil/Moçambique, um convênio entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, por iniciativa do NEAB, e a Universidade Pedagógica de Moçambique, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPE. Essa oportunidade me proporcionou o primeiro contato com a temática relações econômicas internacionais. Para este trabalho, busquei estudar o contexto de surgimento da estratégia de Cooperação Sul-Sul, quais os objetivos dos Estados envolvidos, a logística dessas relações que buscam, teoricamente, o desenvolvimento econômico, político e social, e como Brasil e Moçambique se relacionam.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul. Organizações internacionais. Desenvolvimento Estadual. Países Lusófonos.

Recebido em 20 de setembro de 2020 e aprovado para publicação em 27 de novembro de 2020

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e bolsista PIBIC 2020-2021. Correio eletrônico: ana.santhis@gmail.com.

## Introdução

As organizações internacionais, também conhecidas como Organizações Intergovernamentais (OIG's) são consideradas um fenômeno novo dentro do campo político internacional<sup>2</sup>. Todavia, devido à aderência dos Estados tem-se tornado um elemento bastante característico das sociedades da contemporaneidade. A constituição de blocos por países que interesses ou partilham dificuldades específicas apresenta-se como uma oportunidade de exercer uma pressão coletiva quanto às suas necessidades no cenário internacional.

Os Estados independentes, pertencentes ao Sul político global, com base nas suas similaridades de condições econômicas, territoriais, saúde, educação e, até mesmo pela forma como são vistos pelos países consagrados como desenvolvidos, aperceberam-se, no contexto imediatamente após a Guerra Fria (1947-1989)<sup>3</sup>, da necessidade de relacionarem-se de forma cooperativa. Essa relação inicia-se em prol de benefícios mútuos, assegurando assim seus desenvolvimentos e, também, uma descentralização do poder internacional.

A Cooperação Sul-Sul pode ser entendida como uma articulação entre países de economia emergente para alcançar o desenvolvimento econômico, político e de bem-estar social. A forma como os países relacionam-se em organizações intergovernamentais está sempre pré-estipulada com base em acordos e tratados assinados pelas partes envolvidas. Isso garante a atuação em conjunto e o alcance dos objetivos pré-estabelecidos, no caso da CSS<sup>4</sup>; o desenvolvimento.

Tendo em conta que as relações entre dois ou mais países dão-se sob a elaboração de acordos e que o conceito de cooperação abrange ajuda mútua, o objetivo deste artigo, para além de apresentar minha experiência, é compreender quais as formas possíveis para Estados pertencentes ao Sul político global relacionarem-se. Isto é, quais são os tipos de cooperação existentes? Como esse desenvolvimento ocorre?

Em seguida, objetivou-se compreender quais as principais relações estabelecidas entre duas nações específicas, Brasil e Moçambique, dois territórios que estiveram, durante muitos anos sob o domínio de uma metrópole comum e que por tal, possuem ainda mais similaridades do que apenas a linguística. É neste contexto que apresento minha experiência com o início de uma pesquisa sobre relações econômicas entre Brasil e Moçambique, as atividades que pude realizar, meus alcances e limitações naquele primeiro momento.

---

<sup>2</sup> SILVA, Sérgio. **Introdução às relações internacionais**. Lisboa: Escolar Editora, 2012. p. 31.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>4</sup> Abreviação da expressão Cooperação Sul-Sul que conta com Estados da África, América Latina e Ásia.

A força motriz para as primeiras inquietações foi compreender que nenhum Estado existe por si só, independente. O reconhecimento e a conexão com outros governos, principalmente no período contemporâneo, são primordiais para a continuidade e sobrevivência de qualquer país. Sendo assim, faz-se relevante compreender as relações diplomáticas. Sobretudo as que objetivam, a partir de uma ação coletiva, impactar desde o local e regional ao global.

## **1 - A pesquisa**

Minha experiência com a temática de relações econômicas internacionais ainda era bastante recente no primeiro período do intercâmbio. No primeiro semestre de 2019, minhas atividades estiveram restritas ao levantamento de bibliografia a respeito da temática e à minha presença nas aulas de História da África e História de Moçambique, ministradas pelos respectivos docentes Jemusse Abel Ntunduatha e Jorge Muchacona, na Universidade Rovuma, província de Nampula.

O levantamento bibliográfico foi ponto importante para auxiliar no mapeamento de possíveis instituições e perfis que pudessem viabilizar o aprofundamento da minha visão sobre as relações entre Brasil e Moçambique. Em julho de 2019 tive a oportunidade de conhecer a capital do país, Maputo. Minha estadia naquela província estava ligada a necessidade de visitar e buscar informações em instituições governamentais. Na província de Maputo encontram-se as sedes das principais instituições governamentais do país.

Visitei, no Ministério da Indústria e do Comércio, os Departamentos de Relações Bilaterais e Comércio Externo em busca de informações a respeito da balança comercial entre Brasil e Moçambique nos últimos anos; também estive na Embaixada do Brasil em Maputo e na Câmara do Comércio Moçambique-Brasil, onde procurei por informações sobre possíveis projetos de cooperação. Visitei também o Ministério de Cooperação e Negócios Estrangeiros e o Instituto Nacional de Estatística – INE, local onde acessei os anuários estatísticos das relações econômicas externas e tive a oportunidade de acompanhar e registrar as informações referentes ao período entre os anos de 2001 a 2018. O INE também foi a instituição que me forneceu dados referentes às balanças comerciais de importação e exportação Moçambique - Brasil, no recorte temporal entre 2000 a 2018.

Visitei também a Biblioteca Nacional e o Arquivo Histórico de Moçambique – Universidade Eduardo Mondlane, em busca de bibliografia e fontes primárias. As informações disponíveis para consulta no Arquivo Histórico cobrem até o ano de 1975, o que se apresentou como um empecilho ao andamento da minha pesquisa que objetiva analisar relações econômicas mais atuais, ao passo que motivou investidas às instituições

governamentais. Também pude conhecer o Centro Cultural Brasil – Moçambique, um espaço demasiadamente interessante e acolhedor.

O acesso às informações nas instituições governamentais foi consideravelmente custoso. Neste sentido, o Instituto Nacional de Estatística, a Câmara do Comércio Moçambique–Brasil e o Ministério da Indústria e do Comércio foram as instituições das quais pude resgatar alguma informação, todas elas muito importantes para aquele momento inicial. O objetivo dos passos seguintes deste trabalho é compreender melhor a visão de agentes ligados a organizações não governamentais do setor agrário Moçambicano. A forma como essas organizações vêm os projetos realizados por vias de cooperação internacional, em território moçambicano, nos quais o Brasil eventualmente tenha se envolvido.

O projeto ProSavana, uma iniciativa transnacional que envolve Moçambique, Japão e Brasil, executada no âmbito do Programa de Parceria Japão Brasil (JBPP), objetivou transformar em uma região produtora de alimentos o território conhecido como Corredor de Nacala, que se estende desde o Porto de Nacala, no Índico, rumo a oeste e chega à Lichinga, capital da Província do Niassa. Descrito como projeto de cooperação técnica com financiamento japonês, justificou sua realização na promoção do desenvolvimento agrícola daquela região, utilizando, para tal, a tecnologia desenvolvida e acumulada pelo Brasil durante a implementação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados Brasileiros (PRODECER).

O ProSavana foi criticado por organizações não governamentais brasileiras e moçambicanas. Em 2013, uma carta aberta foi escrita por representantes de camponeses e camponesas, famílias das comunidades do corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil de Moçambique. Direcionada ao presidente da República de Moçambique, naquele momento Armando Guebuza, à presidente do Brasil Dilma Rousseff e ao primeiro ministro do Japão Shinzo Abe, a carta apresenta a visão de segmentos da população moçambicana a respeito do projeto, mas não só. Sinaliza para o que seria, na visão daqueles sujeitos, um apoio real ao desenvolvimento moçambicano, à erradicação da miséria e a autonomia do país, como podemos ver neste trecho:

Senhora Presidente Dilma Rousseff, como se justifica que o Governo Brasileiro não dê prioridade ao Programa de Aquisição de Alimentos de Moçambique, o qual nós camponeses e camponesas apoiamos e incentivamos? Paradoxalmente, todos os meios financeiros, materiais e humanos, a vários níveis, são alocados para o desenvolvimento do agronegócio promovido pelo ProSavana. Como se justifica que a cooperação internacional entre o Brasil, Moçambique e Japão que devia promover a solidariedade entre os povos converta-se num instrumento de facilitação de transações comerciais obscuras e promova a usurpação de terras

comunitárias que de forma secular usamos para a produção de comida para a nação moçambicana e não só?<sup>5</sup>

As organizações não governamentais moçambicanas ligadas ao setor agrário têm fortes relações com organizações não governamentais brasileiras também ligadas a este setor. Esses grupos defendem a ampliação e fortificação da agricultura familiar, pois este modelo de produção se preocupa mais com a população, que é constantemente remanejada e tem seus anseios desconsiderados. Além disso, se preocupam também com o manejo consciente da terra e a autonomia dos meios de produção, uma estratégia que permite aos agricultores um nível de independência na cadeia produtiva nacional da qual não querem se furtar de exercer.

## **2 - A cooperação Sul-Sul e os tipos de cooperação existentes**

O crescimento das organizações intergovernamentais na segunda metade do século XX está, segundo o historiador Zeferino Capoco, fortemente ligado ao início da Guerra Fria e sua consecutiva divisão do sistema internacional em dois grandes pólos de influência a nível mundial. A reta final do século passado, especificamente após a década de 60, foi cena para a independência política de muitos países africanos, estes buscaram alinhamento aos dois grandes sistemas ideológicos, políticos e econômicos que influenciavam e auxiliaram na independência de diversos territórios no continente: o capitalismo e o socialismo. Segundo Capoco:

Depois da Segunda Guerra Mundial e muito também por imperativo da Guerra Fria e da descolonização, o incremento das organizações regionais ganha maior expressão como forma de solidariedade entre os Estados da mesma região movidos pelos interesses comuns no domínio e desenvolvimento político, econômicos e sociais, ideológicos e até culturais.<sup>6</sup>

A intensificação do uso dessas organizações nos permite pensar que os Estados compreendem que os problemas de determinado país não se encontram limitados ao seu território, mesmo sendo este o maior afetado. Na realidade, existem reflexos que impactam direta ou indiretamente na esfera regional e global. Sendo assim, aos países de determinada região do globo, sobretudo aos pertencentes ao Sul político, ter ciência das suas fragilidades, potencialidades, alcances internacionais individuais e coletivos, torna-se uma estratégia de sobrevivência no jogo do poder inerente às relações internacionais. Concomitantemente, a

---

<sup>5</sup> MELLO, Fátima; PORTO, Silvio Isoppo. **A Cooperação Sul-Sul dos Povos do Brasil e de Moçambique: Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor.** (org.). AGUIAR, Diana; PACHECO, Emília. Rio de Janeiro: FASE, 2016. p. 43. Disponível em: [https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/ProSavana\\_web.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/ProSavana_web.pdf). Acesso em: 13 maio. 2021.

<sup>6</sup> CAPOCO, Zeferino. **História das relações internacionais e da diplomacia.** Escolar Editora, 2013. p. 84.

cooperação permite apoio daqueles que possuem maiores similaridades de objetivos e necessidades.

Um exemplo dessa atuação é a cooperação técnica internacional, este modelo é, inclusive, o mais realizado pelo Brasil. A cooperação técnica brasileira rege-se pelos princípios da CSS:

Que não é assistencialista, nem possui fins lucrativos, tampouco pretensões comerciais – está centrada no fortalecimento institucional dos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção de *know-how* se realizem de forma plena. Além disso, inclui os demais princípios orientadores da CSS: respeito à soberania nacional, apropriação e independência nacionais, igualdade, não condicionalidade, não interferência nos assuntos domésticos e benefício mútuo.<sup>7</sup>

A CSS e seus princípios básicos possuem muito dos apontamentos implementados pela Organização das Nações Unidas, responsável por auxiliar nas boas práticas de cooperação entre as economias emergentes, pois as organizações intergovernamentais são instituições de caráter permanente, fundadas e constituídas pelos Estados com o objetivo de encorajar a cooperação internacional nas áreas mais diversas<sup>8</sup>.

Em síntese, o propósito da Cooperação Sul Sul é promover o desenvolvimento do Sul político global. Para tal, os países envolvidos compartilham conhecimentos, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas, como: Desenvolvimento agrícola, política, direitos humanos, urbanização, saúde, mudança climática e educação. Alguns dos modelos de cooperação importantes de mencionarmos são:

### **Cooperação Internacional Humanitária**

Tem como intuito proteger, promover e garantir os direitos humanos fundamentais e universais em situações que, em virtude de cenários de desastres, emergências ou fragilidade institucional, os Estados e a sociedade civil vêm debilitada sua capacidade de proteger, promover e prover tais direitos, razão pela qual apelam à comunidade internacional.

### **Cooperação Internacional em saúde**

Os Estados compartilham seus conhecimentos na área da saúde com o intuito de auxiliar no controle de doenças e epidemias, compartilham também experiências

---

<sup>7</sup> Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Histórico da cooperação técnica brasileira**. 2017. Disponível em: <http://www.abc.gov.br>. Acesso em: 14 maio. 2021.

<sup>8</sup> SILVA, op. cit., p. 32.

governamentais que têm como objetivo o fortalecimento dos órgãos governamentais responsáveis pelo setor sanitário.

Um dos exemplos deste modelo entre Brasil e Moçambique é a edificação, em Moçambique, da fábrica de medicamentos antirretrovirais para tratamento da AIDS. Uma construção que apresentou como principal objetivo contribuir para a independência do país na produção de medicamentos para doenças sexualmente transmissíveis. Outro exemplo, e mais atual, que podemos usar diz respeito à passagem do ciclone Idai na região central de Moçambique, durante o primeiro semestre do ano de 2019, evento em que o governo brasileiro, no contexto da ajuda humanitária enviou aviões da força aérea brasileira com suprimentos, kits de medicamentos e equipes para auxiliar no resgate e atendimento das pessoas atingidas pelo ciclone. No episódio, a Província da Beira teve 90% do seu território devastado pelo ciclone.

### **Cooperação Comercial e Econômica**

Nesta modalidade os países estabelecem relações comerciais que auxiliam no escoamento de seus produtos, deste modo possuem um mercado mais contínuo, haja vista que também se beneficiam mutuamente através do favorecimento ao comércio. Ao mesmo tempo em que um Estado ganha acesso a uma ampla variedade de oportunidades comerciais com investimentos e entrada no mercado estrangeiro, melhora o bem-estar dos consumidores, aprimora sua estrutura econômica, estimula a competitividade dos produtos e aumenta a procura.

### **Cooperação política**

Exige solidariedade e coesão na tomada de decisão em fóruns multilaterais em que um país pode, como representante, votar em benefício de todos, ou os países, juntos, tomarem posicionamento que alternadamente auxiliam o grupo.

### **Cooperação Bilateral**

Assenta-se sobretudo em acordos celebrados entre dois países, que visam regulamentar vários aspectos relacionados ao desenvolvimento conjunto de atividades de proteção Civil, em diversas áreas, como, por exemplo, intercâmbio de formação profissional, intercâmbio de peritos, realização de encontros e troca de informações de natureza técnico-científica, procedimentos para a solicitação e prestação de assistência mútua em situação de emergência, como sejam, questões financeiras, passagem de fronteiras, comunicações e pontos de contato. Entende-se por cooperação bilateral aquela em que os governos

doadores mobilizam os seus fundos de cooperação para o desenvolvimento diretamente para os “receptores” da ajuda, sejam estes os governos dos países ou outras organizações<sup>9</sup>.

### **Cooperação trilateral**

Esta forma de cooperação é comumente realizada em benefício dos países em desenvolvimento e executada em conjunto com países já considerados desenvolvidos, doadores tradicionais. Neste modo de cooperação, em geral, os países desenvolvidos cooperam com custeamento.

Todas as formas destacadas são campos importantes para a promoção do desenvolvimento do Estado com o auxílio da cooperação. Fazendo isso, os países potencializam também uma realocação da centralidade do poder internacional, dominada historicamente pelas potências do Norte político global.

### **3 - Brasil e Moçambique**

A busca por desenvolvimento nacional, atualmente, não está ligada única e exclusivamente ao poder econômico. O que se entende por desenvolvimento no contexto das relações internacionais diz respeito, também, ao bem-estar das sociedades, à qualidade da máquina administrativa de determinado Estado, à expectativa de vida de cada indivíduo, ao acesso à informação e produção de conhecimento. O desenvolvimento e o poder econômico têm diversas formas de serem alcançados, uma delas, por exemplo, é a estratégia de cooperação.

A cooperação técnica, além de ser o principal tipo de cooperação disponibilizada pelo Brasil, é também uma das principais formas que alimenta as relações com Moçambique. Por ser uma economia emergente, o Brasil não dispõe de grandes possibilidades de exportação de capital. Sendo assim, oferecer equipes com conhecimento técnico e científico em áreas relevantes para o desenvolvimento acaba sendo o seu maior trunfo.

A lógica do envio de tecnologia, em casos como este, solicita que sejam feitos estudos que facilitem a reconfiguração dessas inteligências utilizadas no Brasil, para uma melhor coerência com a realidade e necessidades do outro território. Atesta-se, sobre esse caso, possíveis divergências entre teoria e prática para os projetos de cooperação. Sejam eles bilaterais ou trilaterais, as interferências baseadas em interesses comerciais facilmente

---

<sup>9</sup> Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional Multilateral e Bilateral**. 4ª ed. Brasília, 2014. p. 16. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/ManualDiretrizesCooperacaoRecebida.pdf>. Acesso em: 13 maio. 21.

modificam a consolidação dos projetos. Mesmo em programas de lógica cooperativa, essa variante é possível de ocorrer pois, deve-se lembrar que assim como programas com objetivos comerciais declarados, os projetos de cooperação estão sob constante jugo do capital mundial. Por isso, devem ser cautelosamente estudados e, se necessário, reconfigurados; visto que o propósito de cooperação é benéfico para as economias emergentes.

A cooperação internacional em educação, correspondente ao fluxo de pesquisadores, mostrou-se como outro campo significativo entre Brasil e Moçambique. Os estudos entre os dois países dizem respeito a outro ponto de considerável atenção, visto que representam o transporte e o estímulo da ciência, uma ferramenta de poder mundial.

Em 2009, os dois países assinaram o Acordo da Universidade Aberta, um programa de cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINEC), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), para a realização de aulas a distância (EAD) com profissionais da docência brasileiros e moçambicanos. As bolsas de estudos para estudantes moçambicanos e brasileiros em todos os estágios acadêmicos têm impactado de forma também bastante significativa na solidificação e partilha do conhecimento. Como exemplo disso, entre os anos de 2017 e 2019, a UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, selecionou e enviou para Moçambique, através do programa de intercâmbio Abdias Nascimento, realizado com financiamento de bolsas, estudantes de graduação e doutorado que tiveram a oportunidade de lá permanecer durante um ano letivo. Frequentando aulas na até então Universidade Pedagógica e, paralelo a isso, desenvolvendo, cada um deles, suas pesquisas que estudavam concomitantemente Brasil e Moçambique em diferentes áreas de interesses individuais.

A inserção desses perfis acadêmicos no cotidiano profissional, cultural e social moçambicano provoca modificações, tanto nos próprios estudantes quanto nos círculos aos quais passam a fazer parte. O mesmo pode ser dito sobre os estudantes de Moçambique que estão em universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP) ou a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), desenvolvendo seus estudos e se inteirando das realidades socioculturais brasileiras. Esse trânsito de pessoas permite ao mesmo tempo o de ideais, de concepções de vida, culturas, crenças e, não menos importante, ciência e educação.

Para além das cooperações já mencionadas, existe também a comercialização de produtos primários. Moçambique exporta matéria-prima utilizada pelo Brasil, como por exemplo o carvão, extraído pela empresa Brasileira Vale, na província de Tete, localizada no topo da região centro do país. A Vale, ao ganhar concessão para exploração do local, funcionou como catalisadora da presença de outras empresas brasileiras em território

moçambicano. A Cidade de Nacala, por exemplo, é um polo industrial que conta com a presença significativa de projetos brasileiros, o maior exemplo disso é o Aeroporto Internacional de Nacala, feito pela companhia brasileira Odebrecht, e inaugurado no ano de 2014. Tive a oportunidade de visitá-lo duas vezes, trata-se de um monumento, mas que recebe pouquíssimos voos semanalmente, o que propõe que tanto brasileiros como moçambicanos pensem criticamente nos investimentos que vêm sendo realizados em prol da cooperação pelo desenvolvimento desses Estados.

A chegada de empresas estrangeiras, comumente, impacta no Produto Interno Bruto das nações. Quando parte significativa da riqueza gerada não fica no país, cenário bastante característico entre economias emergentes, não são promovidas transformações estruturais imediatas e não se reduz a pobreza ou a desigualdade econômica em curto prazo. Este panorama, dá-se muito em consequência das baixas taxas pagas por empresas para exploração de determinada matéria-prima no território, o que impacta consideravelmente de forma negativa na economia doméstica e produz uma mudança econômica significativamente mais tardia.

Em suma, Brasil e Moçambique têm dado passos significativos, porém lentos, na caminhada pela cooperação para o desenvolvimento. Acima de tudo, necessitam de uma planificação pautada, tanto no real sentido de cooperação horizontal, quanto na preocupação pela efetividade das atividades pensadas em conjunto. Um parceiro com a importância que Moçambique tem para a África Austral deve ter seu reconhecimento e suas atividades seriamente pensadas, assim como seriamente realizadas, e isso se aplica às instituições burocráticas e governamentais de ambas as partes. O retorno desses investimentos deve ser, para além de vistos pelas sociedades, usufruídos por seus indivíduos.

#### **4 - Simetria e assimetria nos projetos de cooperação**

Ainda que assentadas sob acordos realizados entre os Estados e tendo como um de seus princípios básicos o não assistencialismo e a negação ao carácter comercial, as cooperações não estão isentas de desenvolverem-se de forma assimétrica, isto é, com desequilíbrio de benefícios entre as partes envolvidas.

No que se refere a entrada de Moçambique na política externa brasileira, faz-se necessário avaliarmos alguns períodos históricos e suas consequências, assim como compreender que o Brasil e o continente africano como um todo vivenciaram, em diferentes

momentos, aproximações e afastamentos resultantes dos cenários políticos, fossem eles internacionais, ou nacionais<sup>10</sup>.

O Brasil, por exemplo, vivenciou entre os anos de 1964 e 1985 um período de ditadura militar caracterizado por uma repressão política, social e o afinamento com ideais econômicos que em momento algum priorizou contato com o continente africano. O período contou com fundamentos ideológicos e interesses internacionais que não priorizaram a África por não verem no continente valor político, ou mesmo comercial.

Segundo a historiadora Elga Lessa, pode-se dizer que as relações econômicas existentes entre Brasil e África, desde que iniciadas, dão-se sob uma lógica de aproximação e afastamento muito dependente dos fundamentos ideológicos defendidos pelos representantes políticos, isso é ainda mais perceptível no caso dos governos brasileiros.

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil alcançou um nível de industrialização e produção de mercadoria que obrigou o Estado a procurar novos mercados para o escoamento de suas produções. Para o país, o incipiente desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul, em suas variantes política e comercial, também implicava afiançar suas pretensões como potência média através de uma prática autônoma e da busca de mercados para a obtenção de matérias-primas, a colocação de manufaturas e serviços<sup>11</sup>.

Assim sendo, pode-se dizer que o primeiro novo olhar sobre o continente africano, na segunda metade do século XX, esteve ligado a um forte objetivo comercial. Posteriormente, as mudanças de governo modificaram também o ideal da política externa brasileira. Acrescentou-se, dentre outras coisas, o reconhecimento à contribuição histórica dos africanos e africanas para a construção socioeconômica da nação brasileira. Contudo, as relações econômicas diplomáticas devem ser vistas como um forte fator de reaproximação, após décadas em que pensar em África, no imaginário do brasileiro comum, remetia à escravidão.

### **Considerações finais**

As estratégias de cooperação ainda têm muito para auxiliar as potências que vêm se desenvolvendo economicamente nos últimos anos. Carentes de preocupação maior para o real desenvolvimento, essas estratégias necessitam de constante reorientação, vigilância e pressão social. A cooperação dos Estados tem auxiliado na mudança, ainda que tímida, do

---

<sup>10</sup> Segundo Elga Lessa, as mudanças do governo brasileiro, principalmente durante o século passado, modificaram também a política externa do país e o olhar do Brasil para o continente africano. Essas alterações proporcionaram períodos de afastamento e aproximação dos vínculos brasileiros com África. Ver: LESSA, Elga. do outro lado do Atlântico: as relações políticas e econômicas entre o Brasil e os países africanos desde o século XX. **Cadernos do CEA**, n. 241, p. 445-476, Salvador/Recife, 2017.

<sup>11</sup> LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. *In: Argentina y África en el espejo de Brasil. Política por impulsos o construcción de una política exterior?* **Nueva Sociedad especial em Português**. Buenos Aires, 2008. p. 56.

panorama de poderio planetário. As relações diplomáticas entre Brasil e Moçambique sofrem mudanças consideráveis em conformidade com as mudanças dos governos brasileiros, consolidando assim períodos de aproximação e afastamento entre as duas nações. Ainda se espera também que os projetos de desenvolvimento, via cooperação, se alinhem às propostas de camponeses e camponesas de Moçambique, sujeitos que demonstram publicamente o desejo pelo desenvolvimento do setor agrário do país, contudo, chamam a atenção dos governos para a realização de um desenvolvimento sustentável. Há de se pensar, também, que o intercâmbio de conhecimentos proporciona, além do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento dos indivíduos enquanto seres pensantes, ativos e detentores de conhecimento em suas respectivas realidades ou grupos sociais. Dito isso, e me valendo de todos os agradecimentos possíveis ao povo moçambicano, pela receptividade e acolhimento em minha estadia, deixo a reflexão do economista Abdul Magid Osman, para que possamos pensar: “As pessoas são pobres porque não têm acesso a recursos, conhecimentos técnicos, terras e terrenos etc. E não porque sejam em si incapazes”<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> OSMAN, Abdul. Financiar o desenvolvimento. *In*: BRITO, Luís de.; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno.; CHICHAVA, Sérgio.; FRANCISCO, António. (org.). **Desafios para Moçambique 2010**. IESE: Maputo, 2009. p. 237.